04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

DESAFIOS PARA A ABORDAGEM E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Gerliane Filgueira Leite¹, Manoel Mateus Xavier do Nascimento², Ana Caroliny Oliveira da Silva³, Maria Letícia de Oliveira Silva⁴, Ana Laís Pereira Castro⁵, Maria Catarina Xavier de Barros⁶, Maria Idelânia Simplício de Lima⁷, Grayce Alencar Albuquerque⁸

Resumo: A violência por parceiro íntimo (VPI) é uma violação dos direitos humanos caracterizada como um problema de saúde pública mundial. Objetivou-se descrever com base na literatura científica os desafios dos profissionais na Atenção Primária à Saúde (APS) para a abordagem e enfrentamento da violência por parceiro íntimo (VPI). Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca de dados em agosto de 2024 na Biblioteca Virtual de Saúde, PUBMED e Portal de Periódicos da CAPES. Esse estudo resultou da análise de 11 artigos, os quais evidenciaram a existência de diversos desafios como a deficiência de conhecimento dos profissionais acerca da VPI decorrente da escassez de treinamentos e formação deficiente, fatores associados à estrutura e organização dos serviços, estigmas, tabus e crenças da sociedade e dos profissionais, vergonha e medo das mulheres em buscarem ajuda na APS e sobrecarga dos profissionais associada ao pouco para realização das consultas. Conclui-se que é necessário debater esse tema de forma ampla entre os profissionais de saúde e buscar alternativas que possam minimizar o sofrimento da pessoa em situação de violência.

Palavras-chave: Violência por Parceiro Íntimo. Atenção Primária à Saúde. Enfrentamento. Desafios.

1. Introdução

A violência por parceiro íntimo é definida como o uso da força física, intimidação ou atitude auto ou hetero provocada a um indivíduo ou contra um determinado grupo social, que podem ocasionar transtornos mentais, físicos, incapacitação ou óbito à vítima (OMS, 2010).

Adicionalmente, a violência por parceiro íntimo é encarada como uma violação dos direitos humanos e caracterizada como um problema de saúde pública mundial, impactando negativamente a qualidade de vida e elevando a

¹Universidade Regional do Cariri, email: <u>gerliane.filgueira@urca.br</u>

²Universidade Federal do Cariri, email: <u>mateus.xavier@urca.br</u>

³ Universidade Regional do Cariri, email: caroliny.oliveira@urca.br

⁴ Universidade Regional do Cariri, email: marialeticia.oliveira@urca.br

⁵ Universidade Regional do Cariri, email: <u>lais.castro@urca.br</u>

⁶ Universidade Regional do Cariri, email: catarina.xavier.barros@urca.br

⁷ Universidade Regional do Cariri, email: idelania.simplicio@urca.br

⁸ Universidade Regional do Cariri, email: grayce.alencar@urca.br

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

taxa de morbimortalidade das pessoas agredidas, dos familiares e amigos próximos (Mascarenhas et al., 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), são fatores de risco para a ocorrência da violência por parceiro íntimo a pouca idade, baixo nível de escolaridade, ser separada ou divorciada, ter sido exposta a maus-tratos na infância, violência entre os pais, uso nocivo do álcool, uso ilícito de drogas e aceitação da violência (OMS, 2021).

Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS), principal forma de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), consiste na principal porta de entrada da vítima na busca por ajuda. Assim, a APS possui papel crucial na prevenção e no tratamento multiprofissional, intersetorial e no engajamento social, desde o primeiro atendimento (Minayo, 2018).

Apesar da APS ser um dos locais mais procurados pelas mulheres em situação de violência, a violência por parceiro íntimo não se apresenta como uma demanda imediata ao serviço, conceituada mais como uma demanda implícita (Barros et al., 2010). Ainda assim, as mulheres que convivem com a violência usam frequentemente os serviços de saúde, principalmente em associação com a gravidade desse tipo de violência. Portanto, a violência contra a mulher é uma realidade no cotidiano dos profissionais de saúde da atenção primária, porém, estes vêm sub notificando os casos do cotidiano (Guedes et al., 2013; Kind et al, 2013).

Apesar de a notificação da violência contra a mulher ser obrigatória em todo o território nacional, devendo ser realizada pelo profissional de saúde que atendeu a vítima, ela ainda não está devidamente implementada (Brasil 2003). O reconhecimento da violência de gênero como um problema de saúde pública é recente, sendo possível que os profissionais de saúde ainda desconheçam as suas consequências para a saúde da mulher, além de não se sentirem capazes e seguros para notificar os casos de violência.

Diante da dimensão do fenômeno violência doméstica e suas diversas implicações para a saúde da mulher, os dados apresentados neste trabalho poderão contribuir para que essa temática seja mais trabalhada pelos profissionais de saúde e compreendida pela sociedade em geral.

2. Objetivo

Descrever com base na literatura científica os desafios dos profissionais na Atenção Primária à Saúde para a abordagem e enfrentamento da violência por parceiro íntimo.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo do tipo revisão narrativa da literatura. Segundo Rhoter (2007) a revisão narrativa é um estudo caracterizado pela ampla análise da literatura publicada em artigos, revistas e livros sob a interpretação e apreciação crítica do autor, com o intuito de descrever e discutir um determinado tema de interesse, a qual busca também identificar lacunas e possibilitar o desenvolvimento de novas pesquisas, assim como o

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

fortalecimento e aperfeiçoamento dos saberes sobre uma temática em estudo (Brum, et al. 2015).

A busca na literatura foi realizada em outubro de 2024, por meio da consulta na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PUBMED) e no Portal de Periódicos da CAPES. Utilizou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DECs): "Violência por Parceiro íntimo" e "Atenção Primária à Saúde", associados por meio do operador booleano AND, bem como seus correlatos em inglês MeSH "Intimate Partner Violence" e "Primary Health Care".

Para a seleção dos estudos, adotou-se os filtros de acesso aberto e disponíveis em texto completo e disponíveis nos idiomas inglês, espanhol ou português. Após aplicação dos filtros os estudos foram submetidos a leitura de títulos e resumos seguindo da leitura dos mesmos na íntegra, para a seleção dos estudos que atenderam ao objetivo da presente pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa de revisão, voltada à análise e descrição da literatura científica, não houve necessidade de aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Brasil, 2022).

4. Resultados

Inicialmente foram obtidos 220 estudos com a busca na literatura, restando 129 artigos após conformidade com os filtros de busca, e selecionados apenas 11 artigos após leitura dos mesmos na íntegra para composição da presente revisão.

Foi evidenciado na literatura científica que a atuação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde é indispensável para a identificação, abordagem inicial, enfrentamento e acompanhamento da violência contra à mulher decorrente das relações por parceiro íntimo. No entanto, ainda é perceptível a deficiência dessa atuação devido às diversas limitações e barreiras identificadas pelos profissionais nesse nível de atenção à saúde em todo o mundo, especialmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Gear, Koziol-Mclain & Eppel, 2019).

Dentre tais limitações observou-se como uma das principais barreiras é a insegurança e medo dos profissionais para identificação, abordagem e implementação de estratégias de enfrentamento da violência por parceiro íntimo devido a falta de conhecimentos e escassez de treinamentos e capacitações para a abordagem mais adequada (Alsalman, Shafey & Ali, 2023). Consequentemente, por falta de informação, muitos profissionais acreditam que as ações de identificação, prevenção e abordagem das mulheres para o enfrentamento da violência não são atribuições de suas responsabilidades, atribuindo muitas vezes esse cuidado a profissionais de serviços especializados (Silva, et al. 2023).

Outra limitação bastante citada entre os estudos está associada a fatores estruturais e organizacionais dos serviços como a ausência ou deficiência de treinamentos internos, de política e protocolos para fundamentar a assistência às mulheres em situação de violência, assim como, dificuldades

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

para a realização adequada de encaminhamentos e a ausência, muitas vezes, da contrarreferência e continuidade do cuidado (Carneiro, *et al.* 2021), (Trabold, *et al.* 2023).

Cabe salientar que os estigmas e tabus sociais associados às crenças de que a VPI é um problema privado e não de saúde pública ainda é bastante desafiador para o alcance da abordagem e enfrentamento da violência na APS (Colombini, et al. 2020). Tal crença permeia na comunidade entre as mulheres vitimizadas e entre muitas classes de profissionais que se encontram na linha de frente desses serviços, influenciando negativamente no rastreamento, identificação e abordagem de mulheres em situação de violência (Al-Salmi, et al. 2024).

Outros fatores limitantes estão associados à insegurança das mulheres em buscar os serviços de APS por vergonha e medo de não haver confidencialidade (Rizkalla *et al.* 2020). Além disso, existem fatores relacionados às demandas prioritárias do serviço, a sobrecarga de trabalho dos profissionais e o curto período de tempo para a realização de consultas para a identificação dos sinais e sintomas de violência e para abordagens mais aprofundadas e eficientes para o enfrentamento das situações de violência (Iverson, *et al.* 2019).

Nesse sentido, percebe-se o quanto a assistência a mulheres em situação de violência e o enfrentamento da VPI na APS de forma efetiva está condicionada ao cuidado baseado em evidências por meio da capacitação e treinamento dos profissionais, atualização de políticas e protocolos de atendimento, priorização dos casos de VPI e confidencialidade das informações assim como, direcionamento correto dos casos na rede de atenção à saúde com articulação entre a referência e contrarreferência para o acompanhamento dessas mulheres (Ibrahim, Hamed & Ahmed, 2020).

5. Conclusão

Conclui-se que há dificuldades para o embate da violência por parceiro íntimo no âmbito da APS, ocasionado pelo desconhecimento da gravidade da situação e, consequentemente, pela dificuldade de se estabelecer políticas públicas eficazes. Portanto, se faz necessário debater esse tema de forma ampla entre os profissionais de saúde e buscar alternativas que possam minimizar o sofrimento da pessoa em situação de violência.

6. Referências

ALSALMAN, Z.; SHAFEY, M.; AL ALI, L. Intimate Partner Violence; Are Saudi Physicians in Primary Health Care Setting Ready to Identify, Screening, and Respond? **International Journal of Women's Health**, Volume 15, p. 623-633, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.2147/ijwh.s401926. Acesso em: 14 out. 2024.

AL-SALMI, S. ALI, F. W.; NAJEEB, F. S. M. *et al.* Scoping review of healthcare professionals' views on intimate partner violence in the Middle East and North Africa. **BMJ Open**, v. 14, n. 8, p. e079866, ago. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bmjopen-2023-079866. Acesso em: 14 out. 2024.

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

Barros CRS, Castilho E. A. Violência contra as mulheres por parceiros íntimos: usos de serviços de saúde. **Rev. Bras. Epidemiol**. 2010; 13(2):23-45. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2010000200006. Acesso em: 15 out 2024.

BRASIL, Conselho Nacional De Saúde (CNS). Resolução Nº 674, de 06 de maio de 2022. Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. **Diário Oficial da União**, ed. 203, 25 dez, 2022. Disponível em: <u>Conselho Nacional de Saúde - RESOLUÇÃO Nº 674, DE 06 DE MAIO DE 2022 (saude.gov.br)</u>. Acesso em: 29 fev, 2024.

BRASIL. Lei no 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União. 25 Nov 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/Leis/2003/L10.778.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRUM, C. N.; ZUGE, S. S., RANGEL, R. F., FREITAS, H. M. B. *et al.* Revisão narrativa de literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In: LACERDA, M. R.; COSTENARO, R. G. S. Metodologia de pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática. 3. ed. Porto Alegre: Moriá. 2015.

CARNEIRO, J. B.; GOMES, N. P.; ALMEIDA, L. C. G. *et al.* Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 5, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0020. Acesso em: 14 out. 2024.

COLOMBINI, M.; ALKAIYAT, A.; SHAHEEN, A. *et al.* Exploring health system readiness for adopting interventions to address intimate partner violence: a case study from the occupied Palestinian Territory. **Health Policy and Planning**, v. 35, n. 3, p. 245-256, 12 dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1093/heapol/czz151. Acesso em: 14 out. 2024.

GEAR, C.; KOZIOL-MCLAIN, J.; EPPEL, E. Exploring sustainable primary care responses to intimate partner violence in New Zealand: Qualitative use of complexity theory. **BMJ Open**, v. 9, n. 11, p. e031827, nov. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-031827. Acesso em: 14 out. 2024.

Guedes RN, Fonseca RMGS, Egry EY. Limites e possibilidades avaliativas da Estratégia Saúde da Família para a violência de gênero. **Rev. Esc. Enfermagem USP**. 2013; 47(2):304-11. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000200005 . Acesso em: 15 out. 2024.

IBRAHIM, Eman H.; HAMED, Nashwa S.; AHMED, Lamia A. Views of primary health care providers of the challenges to screening for intimate partner violence, Egypt. **Eastern Mediterranean Health Journal**, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.26719/emhj.20.125. Acesso em: 14 out. 2024.

IVERSON, K. M.; ADJOGNON, O.; GRILLO, A. R. *et al.* Intimate Partner Violence Screening Programs in the Veterans Health Administration: Informing Scale-up of Successful Practices. **Journal of General Internal Medicine**, v. 34, n. 11, p. 2435-2442, 16 ago. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11606-019-05240-y. Acesso em: 14 out. 2024.

KIND L, ORSINI MLP, NEPOMUNENO V, et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cad. Saúde Pública**. 2013; 29(9):1805-15. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00096312. Acesso em: 15 out 2024.

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

MASCARENHAS MDM,et al. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011–2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2020; 23: 1-13. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1. Acesso em: 15 out. 2024.

MINAYO MCS, et al. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência Coletiva**, Rio de Janeiro, 2018; 23(6): 2007-2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04962018. Acesso em: 15 out. 2024.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência Washington: OMS; 2010. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=E77 8CC8FFCB124916B39BA568A58C5DC?seguence=3. Acesso em: 15 out. 2024.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Centers for Disease Control and Prevention. Violence Against in Latin America and the Caribbean: A comparative analysis of population-based data from 12 countries. Washington, DC: PAHO; 2021. Disponível em: http://www2.paho.org/hq/dmdocuments/violence-against-women-lac.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

RIZKALLA, K.; MAAR, M.; PILON, R. *et al.* Improving the response of primary care providers to rural First Nation women who experience intimate partner violence: a qualitative study. **BMC Women's Health**, v. 20, n. 1, 21 set. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12905-020-01053-y. Acesso em: 14 out. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v—vi, jun. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-21002007000200001. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, T. C.; HORVATH, C. M. P.; MENDES, K. D. S. *et al.* Assistência do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde à mulher vítima de violência por parceiro íntimo: revisão integrativa. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 11, p. 26422-26439, 14 nov. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-099. Acesso em: 14 out. 2024.

TRABOLD, N.; KING, P. R. J.; CASTRA, D. *et al.* Leveraging Integrated Primary Care to Enhance the Health System Response to IPV: Moving toward Primary Prevention Primary Care. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 9, p. 5701, 1 maio 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph20095701. Acesso em: 14 out. 2024.